

Ata da reunião ordinária do Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia realizada no dia 04.07.2011.

1 Aos 04 (quatro) dias do mês julho do ano 2011 (dois mil e onze), às 9h30m (nove horas
2 e trinta minutos), reuniu-se o Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX) da
3 Universidade Federal da Bahia, em caráter ordinário, sob a presidência do Professor
4 **Francisco Lima Cruz Teixeira**, presentes os Conselheiros a seguir relacionados: **Dulce**
5 **Tâmara Lamego da Silva** (Pró-Reitora de Extensão), **Marcelo Embiruçu de Souza**
6 (Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação), **Antonio Ricardo de Souza** (FCC),
7 **Gilênio Borges Fernandes** (MAT), **Itaciara Larroza Nunes** (NUT), **Moema Cortizo**
8 **Bellintani** (BIO), **Djalma Thurler** (IHAC), **Vera Lúcia Bueno Fartes** (EDC), **Ilka**
9 **Dias Bichara** (IPSI), **André Luís Mota dos Santos** (ECO), **Frederico Vasconcellos**
10 **Prudente** (FIS), **Ajax Mercês Atta** (FAR), **Maria Consuelo Caribé Ayres** (MEV),
11 **Wilson da Silva Gomes** (COM), **Fabiana Dultra Brito** (DAN), **Paola Berenstein**
12 **Jacques** (ARQ), **Arno Brichta** (GEO), **Ricardo de Araújo Kalid** (ENG), **Jean Nunes**
13 **dos Santos** (ODO), **Luiz Alberto Ribeiro Freire** (EBA) e **Henriette Ferreira Gomes**
14 (ICI). Havendo quorum, o **Senhor Presidente** declarou aberta a sessão, registrando a
15 presença do Professor Marcelo Felgueiras Napoli, Coordenador de Pesquisa da Pró-
16 Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI), especialmente convidado a
17 participar daquela reunião. Em seguida, passou à apreciação e votação das Atas das
18 sessões dos dias 16.05.2011 e 13.06.2011, sendo ambas aprovadas por unanimidade,
19 **Ordem do Dia, item 01: Identificação do substituto do presidente do CAPEX. O**
20 **Presidente** justificou a retomada da análise do referido assunto, já realizada em
21 oportunidade anterior, em virtude de recente dificuldade pessoalmente enfrentada para
22 convocação da reunião do Conselho, cronologicamente programada, dentro do seu
23 planejamento quinzenal, para o dia 27.06.2011, considerando a sua impossibilidade de
24 comparecer à reunião na referida data e presidi-la e à inexistência de um Vice-
25 Presidente formal para a direção dos trabalhos, bem como à imprecisa identificação do
26 Decano do CAPEX, supostamente correspondente à Conselheira Dulce Lamego,
27 todavia questionada pela ocorrência do registro de dois momentos distintos de ingresso
28 profissional na UFBA, além do desaconselhável exercício da presidência por membro
29 responsável pelo relato de processos, tudo isto contribuindo para o deliberado
30 adiamento da mencionada sessão, daí tendo resultado a iniciativa da Secretária dos
31 Órgãos Colegiados Superiores, Sra. Terezinha Maria Dultra Medeiros, no sentido de
32 consulta à Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas (PRODEP) acerca das datas de
33 ingresso na UFBA de todos os membros do CAPEX, de modo a obter-se uma notícia
34 oficial e a decisão sobre o efetivo Decano, embora ainda não se disponha do resultado
35 formal da solicitada informação, em função da greve dos servidores técnico-
36 administrativos da Instituição. O Conselheiro **Ajax Atta** aventou a possibilidade de
37 escolha e indicação de um Vice-Presidente por parte do próprio Conselho,
38 independentemente da aludida condição de decanato e a Conselheira **Dulce Lamego**
39 ratificou o pessoal desconforto para assumir o citado cargo, acrescido do seu
40 impedimento legal, por ela relatado, com base no Art. 19, § 1º, do Estatuto da UFBA,
41 cujo teor define que "cada Conselho Acadêmico terá um presidente eleito entre os
42 membros representantes de Unidades Universitárias, não podendo a escolha recair em
43 Pró-Reitores ou nos representantes dos corpos discente e técnico-administrativo". O
44 Conselheiro **Luiz Alberto Freire** opinou pelo procedimento de declaração
45 individualizada de cada componente do CAPEX sobre a respectiva data de início de
46 atividades na Universidade, mas o **Senhor Presidente** optou pelo aguardo da já
47 requerida manifestação da PRODEP, assim evitando-se possíveis lapsos decorrentes de

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like Dulce, Ajax, Luiz, and others.]

48 eventuais imprecisões. **Item 02: Informes da Comissão sobre Empresa Junior (EJ).**
49 **O Senhor Presidente** assinalou o caráter basicamente informativo do referido tema,
50 ainda não sujeito a qualquer atitude de natureza deliberativa, em face do curso e
51 continuidade dos trabalhos, ainda não concluídos, da Comissão especialmente eleita
52 com aquela precisa finalidade e solicitou ao Conselheiro **Ricardo Kalid**, integrante da
53 mencionada equipe, que procedesse à exposição acerca do andamento das suas
54 atividades, então executada através da leitura de um texto alusivo ao assunto, de cujo
55 escopo foi ressaltado o consensual entendimento do grupo em prol da recomendável
56 regulamentação e incentivo institucionais do funcionamento das Empresas Juniores e
57 dos Escritórios Públicos, com a notícia complementar do maior avanço já alcançado em
58 relação ao primeiro caso, em comparação com o segundo, em função da maior
59 quantidade de informações disponíveis, diferentemente do outro, cujos dados
60 correspondentes são escassamente divulgados e encontrados. **O Senhor Presidente**
61 ratificou a conotação basicamente avaliadora da reunião, devendo a Comissão
62 apresentar, no momento oportuno, uma minuta contendo propostas concretas para
63 análise e decisão colegiadas e o Conselheiro **Marcelo Embiruçu de Souza** comentou
64 acerca da característica de "pessoa jurídica" das Empresas Juniores (EJ), de certa forma
65 assemelhando-se à feição das Fundações de Apoio, então propondo um mecanismo de
66 tratamento similar de credenciamento e acompanhamento das suas atividades, a
67 despeito da reconhecida inviabilidade de aprovação do respectivo Estatuto, em virtude
68 da sua configuração autônoma e não integrante da estrutura universitária. O Conselheiro
69 **Gilênio Fernandes** indagou a respeito da existência de tais entidades em outras
70 instituições de ensino superior e o Conselheiro **Ricardo Kalid** informou sobre o seu
71 esporádico acontecimento, de forma inconsistente e difusa, por isso mesmo desprovido
72 de instrumentos concretos e subsidiadores dos trabalhos em execução pela Comissão,
73 sobretudo no campo jurídico, no qual praticamente não se dispõe de qualquer
74 instrumento auxiliar, ainda assim defendendo a aprovação, pelo CAPEX, da adoção de
75 alguma sistemática regulamentadora do seu funcionamento na UFBA, em cujo âmbito
76 devem continuar atuando como uma forma de desenvolvimento de ação extensionista da
77 Universidade. A Conselheira **Dulce Lamego** concordou com as ponderações do
78 Conselheiro Marcelo Embiruçu de Souza, salientando, contudo, a existência de aspectos
79 específicos das Empresas Juniores que as diferenciam das referidas Fundações, podendo
80 a Procuradoria Jurídica apreciar e estabelecer uma precisa distinção entre ambas as
81 situações, por ocasião da sua indispensável participação assessora e orientadora do
82 processo. O Conselheiro **Wilson Gomes** ressaltou a importância de uma clara definição
83 do perfil daquelas entidades no tocante à linha demarcatória entre a sua autonomia e a
84 participação de um procedimento pedagógico da Instituição e o **Senhor Presidente**
85 asseverou a absoluta prevalência desta em relação à outra, sob a condição de uma
86 iniciativa do corpo discente voltada para a constituição de um campo de experimentação
87 introduzido no seio da UFBA. A Conselheira **Paola Jacques** transmitiu a concordância
88 dos alunos da Faculdade de Arquitetura quanto à realização de uma revisão estatutária
89 das correspondentes EJ, para inserção e ajuste daquela atividade como ação
90 extensionista da Universidade, a ser oportunamente regulamentada pelo CAPEX,
91 mediante acurada definição da sua forma de atuação. **O Senhor Presidente** perguntou
92 sobre a natureza jurídica dos demais organismos estudantis, a exemplo do Diretório
93 Central dos Estudantes (DCE), dos Diretórios Acadêmicos (DA's) etc., então sugerindo
94 uma completa revisão do mecanismo de ação de todos eles, caso assim venha a se
95 proceder em relação às EJ, tendo, nesse sentido, o Conselheiro **Frederico Prudente**
96 informado acerca da previsão e regulamentação no próprio Estatuto da UFBA acerca do
97 DCE e dos DA's, inclusive com a possibilidade de obtenção de recursos financeiros por

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "R.", "Gilênio", "Marcelo", "Wilson", "Paola", "Frederico", and "Alberto".

98 repasses institucionais, além da existência de Portaria do Ministério da Educação
99 igualmente atinente e normatizadora da matéria. A Conselheira **Paola Jacques** registrou
100 a intenção da já mencionada Comissão de elaboração de duas propostas de
101 normatização, respectivamente referentes às Empresas Juniores e aos Escritórios
102 Públicos e corroborou o estágio mais evoluído da estruturação e organização das
103 primeiras em comparação com as outras, estas sequer constantes da internet, disto
104 resultando, em grande parte, as dificuldades enfrentadas para implementação dos
105 trabalhos da equipe, efetivamente verificadas em função da escassez de dados
106 disponíveis. O Conselheiro **Ajax Atta** apoiou a concepção do preparo de dois
107 documentos diferenciados e o **Senhor Presidente** externou, para efeito de generalizada
108 reflexão, uma pessoal preocupação quanto ao tipo de medida a ser conclusivamente
109 adotada pelo CAPEX, após a devida análise colegiada do conjunto dos temas em
110 apreço, tendo a Conselheira **Dulce Lamego** apontado para a sua gradativa elucidação
111 através do processo evolutivo natural das discussões sobre o assunto, também podendo-
112 se contar com a colaboração da Procuradoria Jurídica como forma adicional de
113 esclarecimento acerca do recomendável procedimento a ser adotado por aquele
114 Colegiado. **Item 03: Orçamento da UFBA para pesquisa. O Senhor Presidente**
115 informou sobre a ocorrência de recente reunião do CONSUNI, no dia 28.06.2011, de
116 cuja pauta constou, dentre outros tópicos, um item referente à apreciação do Orçamento
117 da UFBA de 2011, parcialmente extemporâneo diante do decurso e encerramento do
118 período de um semestre do exercício atual, então sintetizando os dados ali expostos
119 através dos registros a seguir relacionados: a totalização financeira decorreu do
120 somatório das duas parcelas mais relevantes de 804 milhões de reais, oriundos do
121 Tesouro Nacional e de 16,5 milhões de reais, neste caso relativos a recursos próprios,
122 portanto, perfazendo um montante global de cerca de 820 milhões de reais, dos quais
123 262 milhões de reais estão destinados ao pagamento de inativos e 283 milhões de reais
124 remuneram os servidores ativos, assim comprometendo-se um volume aproximado de
125 545 milhões de reais com a folha de pessoal, somente restando 240 milhões de reais
126 para utilização em custeio e capital. Desse valor efetivamente disponível, prosseguiu o
127 **Senhor Presidente**, percebe-se a existência de duas parcelas direcionadas para a área de
128 pesquisa, uma delas referente a financiamento de cursos de pós-graduação, no valor de
129 700 mil reais, proveniente do Tesouro Nacional, para a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-
130 Graduação, e a outra, de 650 mil reais, de recursos próprios, direcionada para o
131 desenvolvimento de trabalhos de pós-graduação e pesquisa científica da Pró-Reitoria de
132 Pesquisa, Criação e Inovação, vindo aquela soma, de 1,35 milhão de reais, a representar
133 uma ínfima parcela aproximada de 0,5% do já mencionado total orçamentário de 240
134 milhões de reais, esta efetivamente expressando a fração conclusivamente investida, do
135 montante financeiro disponível, nas atividades de pós-graduação e pesquisa da UFBA.
136 Na continuidade, o **Senhor Presidente** também comunicou a realização, na aludida
137 reunião, de uma breve apresentação, pelo titular da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e
138 Assistência Estudantil, Professor Dirceu Martins, acerca de equivalente estruturação
139 orçamentária da referida Pró-Reitoria, cujo total de 13 milhões de reais, ali declarado,
140 representa um valor dez vezes superior à verba destinada à pesquisa, também podendo-
141 se verificar um comprometimento financeiro para bolsas de assistência estudantil em
142 quantitativo sete vezes superior a equivalente procedimento para a iniciação científica
143 (PIBIC), além da destinação de recursos para participação discente em eventos
144 nacionais e internacionais, sem qualquer referência a eventual montante financeiro para
145 semelhante utilização por parte do segmento docente. O **Senhor Presidente** ainda
146 comentou sobre a equivocada concepção de argumentação, frequentemente apresentada
147 em tom neutralizador, quanto à existência de financiamento externo para a pesquisa, de

James *R* *Alberto* *Alvaro* *Paulo* *Ufba* *Paulo* *3*

148 cuja idéia não discorda, todavia não se podendo deixar de considerar a exigência do
149 requisito essencial de ação de incentivo ou indução para sua ocorrência sem a
150 correspondente disponibilização de verba específica, tudo isto significando uma
151 situação de preocupante adversidade para sua execução no âmbito institucional, também
152 resultante de um acelerado processo de expansão quantitativa desprovido do
153 proporcional avanço qualitativo, por fim assinalando, em termos informativos
154 complementares, o registro, também captado na já referida reunião, atinente a uma
155 suposta competência da CPPD (Comissão Permanente de Pessoal Docente) para
156 elaboração das regras determinantes da progressão docente na UFBA, com inevitáveis
157 reflexos sobre os trabalhos dos pesquisadores, com os quais não detém aquele órgão
158 universitário qualquer vinculação para efeito de normatização do seu desenvolvimento
159 na Instituição. Com a palavra, o Conselheiro **Marcelo Embiruçu de Souza** ratificou as
160 informações fornecidas, realçando as duas aludidas fontes principais de financiamento,
161 respectivamente atinentes ao Tesouro Nacional e aos recursos próprios, esta, na
162 verdade, representando uma expectativa decorrente de convênios diversos, por isso
163 mesmo enfatizando a expressão mais concreta da outra, o já mencionado valor de 700
164 mil reais, e lamentou a persistente indisponibilidade de uma rubrica específica de
165 pesquisa no conjunto orçamentário governamental, ali restrita à pós-graduação, de cujo
166 montante, bem como de outros setores correlatos, vem aquela atividade parcialmente
167 valendo-se para efeito de sobrevivência e discretos avanços, ainda comentando sobre o
168 agravamento da situação em função das mudanças normativas da Universidade que,
169 dentre variadas repercussões, também promoveram o desmembramento da anterior Pró-
170 Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, passando a isolar-se a pesquisa na recém criada
171 Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação, cujo nascimento aconteceu de modo
172 desprovido de qualquer previsão orçamentária, em função da consequente perda de
173 verbas então retidas na Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação ou transferidas para a
174 Pró-Reitoria de Extensão, por fim indicando a importância do pleito de recursos mais
175 expressivos para aquela atividade em face da sua atual precariedade e escassez, ainda
176 ampliada pelo fato de que, dos citados 700 mil reais, parcela relevante de 408 mil reais é
177 destinada para bolsas PIBIC, portanto, pouco restando para execução dos efetivos
178 trabalhos mencionados, embora não se possa desconhecer a disponibilização e
179 agregação de valores externos adicionais, nem sempre computados na contabilidade
180 oficial, por diversas razões de falhas e equívocos técnicos no orçamento da
181 Universidade. A Conselheira **Dulce Lamego** associou a apresentação e discussão do
182 Orçamento/2011 da UFBA a um importante avanço administrativo institucional, apesar
183 da sua liberação em período já adiantado do ano, se comparado com equivalentes
184 situações anteriores de demasiado retardo para sua efetivação, com destaque para a
185 evidenciada transparência dos seus dados componentes; ressaltou a vantagem de
186 individualização da rubrica de pesquisa na matriz ANDIFES, com o atualizado
187 mecanismo do respectivo registro específico do percentual a ela destinado; manifestou
188 plena concordância quanto ao seu indispensável incremento financeiro, todavia não se
189 devendo descurar de semelhante comportamento relativo a outros setores universitários,
190 aí realçando a Área de Artes, em função da sua tão propalada representatividade cultural
191 para o Estado da Bahia; e referiu que os cursos de especialização ainda não foram
192 formalmente transferidos para a Pró-Reitoria de Extensão, portanto, não contemplada
193 com os correspondentes recursos financeiros deles esperados. O Conselheiro **Ajax Atta**
194 registrou o relevante envolvimento individual dos pesquisadores com a aquisição de
195 materiais, equipamentos e aporte monetário, muitas vezes responsáveis pela obtenção da
196 sua majoritária parcela para execução das respectivas atividades; defendeu a adoção de
197 mecanismos capazes de possibilitar uma noção mais precisa acerca do seu significado

198 para a UFBA e para a Bahia, bem como dos resultados alcançados através da sua
199 implementação, lamentavelmente ainda divulgados de modo muito amador; sublinhou
200 as dificuldades habitualmente enfrentadas para obtenção de verbas, inclusive para o
201 ensino, por vezes atenuada através do aproveitamento de ações de natureza
202 extensionista como forma de amenização do mencionado problema; comentou sobre a
203 ampla indignação da comunidade científica em relação à forma de tratamento conferido
204 à pesquisa, frequentemente evidenciando uma verdadeira falta de compromisso com tal
205 atividade; e propôs a realização de um estudo e planejamento técnicos ensejadores de
206 uma ação ordenada e direcionada para a sua execução ao longo dos próximos dez anos
207 na UFBA. A Conselheira **Ilka Bichara** destacou a dificuldade habitualmente enfrentada
208 para uma clara identificação acerca da destinação das verbas institucionais; sugeriu uma
209 maior publicidade e circulação das notícias referentes aos diversificados meios de
210 aquisição de recursos financeiros para a população universitária, frequentemente
211 desconhecedora de tais meandros administrativos; ratificou a inexistência de uma
212 consciência suficientemente amadurecida quanto ao significado da pesquisa, assim
213 como da extensão, costumeiramente pouco valorizadas em comparação com a
214 relevância atribuída ao ensino; considerou positivo o aludido remanejamento das Pró-
215 Reitorias, cujo reordenamento poupou a continuidade da histórica submissão da
216 pesquisa à pós-graduação; e propôs um reforço da parcela monetária da pesquisa,
217 mediante aportes gradativamente mais consistentes, também pela razão de inviabilidade
218 de transferências financeiras internas, cujas destinações são previamente definidas de
219 modo inalterável, como igualmente se deve proceder em relação aos demais setores da
220 Universidade, quase todos igualmente penalizados por alocação de verbas reduzidas e
221 insatisfatórias. O Conselheiro **Jean Santos** reportou-se à lamentável posição da UFBA,
222 se comparada com outras equivalentes IFES (Instituições Federais de Ensino Superior),
223 no tocante ao desenvolvimento da pesquisa, muitas vezes inferior a entidades de porte
224 similar, a exemplo das suas congêneres nordestinas, como pôde, pessoalmente, verificar
225 em relação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), então revelando a
226 sua incompreensão acerca daquela adversa situação. O Conselheiro **Frederico**
227 **Prudente** corroborou a concepção já externada quanto à existência de um montante
228 financeiro mais elevado para tal atividade, portanto, não limitado ao já referido valor
229 orçamentário, em virtude da concreta possibilidade de recebimento de recursos
230 adicionais através de fontes alternativas de receita com aquela específica finalidade;
231 aludiu à real perspectiva favorável de estruturação de um orçamento individualizado
232 para a pesquisa na composição da matriz ANDIFES; defendeu a criação de ações
233 indutivas e voltadas para o seu gradativo fomento evolutivo; ratificou os lamentáveis
234 recursos escassamente direcionados à sua implementação; e propôs a implantação de
235 uma sistemática capaz de impulsionar a sua execução na UFBA, com uma precisa
236 identificação das fontes responsáveis pelos aportes respectivamente concernentes ao
237 Governo e a recursos próprios. A Conselheira **Fabiana Brito** registrou a necessidade de
238 institucionalização da pesquisa, ainda não efetivada, aproveitando para diferenciá-la da
239 modalidade dos projetos de natureza individual, destes muitas vezes sequer tomando-se
240 conhecimento sobre o respectivo desenvolvimento na Universidade; endossou a
241 concepção de escassez financeira para a sua realização na UFBA, então sugerindo a
242 estruturação de mecanismos alternativos e diversificados de obtenção de recursos, assim
243 proporcionando-se a necessária sustentação aos correspondentes trabalhos; e enalteceu a
244 importância daquela atividade, assim como da extensão, possuidoras de elementos
245 comuns em vários aspectos, para o conjunto das atividades institucionais. O Conselheiro
246 **Ricardo Kalid** admitiu e apontou a existência efetiva de recursos financeiros,
247 constituindo, mesmo, uma certa folga em determinadas situações e atribuiu significativa

*Paulo
Adm*

R.

*Albino
A. W. Santos
C. F. e*

UFRN

S.

U

5

UFRN

g

J

D.

k

248 parcela dos relatados problemas à insatisfatória infra-estrutura disponível, responsável
249 pela incapacidade de agilização das providências necessárias ao êxito do processo;
250 apoiou a já reiterada institucionalização da pesquisa na UFBA; e opinou pela aplicação
251 de medidas de definição e fixação de metas para sua execução, bem como de
252 acompanhamento dos respectivos resultados, de medição do desempenho dos
253 professores e de aferição dos trabalhos desenvolvidos. O Conselheiro **Wilson Gomes**
254 concordou com a externada concepção de disponibilidade de verbas, por vezes
255 abundantes, sobretudo perceptíveis nos editais dos últimos três anos; comentou sobre a
256 inexistência de orçamento e apoio universitário à realização das pesquisas; e lamentou a
257 habitual relutância de alguns setores da UFBA em relação à tentativa de obtenção de
258 recursos oriundos de fontes externas, ainda dificultada e ampliada pela falta de vocação
259 pessoal ou preparo técnico de muitos docentes para sua captação no setor privado,
260 possivelmente atenuada mediante introdução de cursos de treinamento especialmente
261 estimuladores do desenvolvimento de tais habilidades, então defendendo uma maior
262 agressividade financeira por parte da Universidade e dos profissionais diretamente
263 envolvidos com a situação. A Conselheira **Paola Jacques** propôs um retorno à
264 discussão da questão atinente à institucionalização da pesquisa, além de um criterioso
265 levantamento e registro dos correspondentes trabalhos ora em curso na UFBA e da
266 forma de parcial vinculação das verbas obtidas para efeito de inclusão de estudantes de
267 graduação no processo. O Conselheiro **Marcelo Embiruçu de Souza** informou a
268 respeito da realização de evento comemorativo e relacionado com a Semana de Ciência
269 e Tecnologia, cujos detalhes deverão ser oportunamente divulgados, assim como da
270 iniciativa da PROPCI atinente à revisão de textos de língua inglesa de forma conjunta
271 com a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e ratificou todas as manifestações
272 relativas a um maior aporte financeiro para a pesquisa, sugerindo, porém, um acesso
273 informativo dos seus pares a importantes elementos constitutivos da matriz ANDIFES,
274 em função das suas relevantes requisições condicionantes de uma evolução financeira
275 eficiente, basicamente vinculadas à produção e desempenho institucionais, cuja
276 avaliação e medição governamentais costumam se respaldar nos respectivos indicadores
277 acadêmicos da Universidade. A Conselheira **Dulce Lamego** propôs encaminhar convite
278 à Professora Iracema Veloso, Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento, para participar
279 da próxima sessão do Conselho, com o objetivo de disponibilizar informação e subsídio,
280 aos seus integrantes, acerca das atuais condições da UFBA no tocante à mencionada
281 produtividade universitária; e convidou todos os Conselheiros para comparecimento e
282 participação no evento correspondente à sessão inaugural do Café Científico da UFBA,
283 que contará com a presença e a participação do renomado pesquisador, Professor
284 Miguel Nicolelis, a ocorrer no dia seguinte, 05.07.2011, às 20:00h (vinte horas), no
285 Palácio da Reitoria. O **Senhor Presidente** questionou os efetivos poderes e
286 competência do CAPEX para uma intervenção consistente naquela debatida situação e
287 contrapôs-se à forma de expressão utilizada para manifestação de apoio a uma suposta
288 “institucionalização” da pesquisa na UFBA, então sugerindo a sua substituição por
289 termos equivalentes a “reconhecimento”, “valorização” etc., dessa forma evitando-se
290 uma possível interpretação equivocada quanto à sua inexistência formal na
291 Universidade, além de registrar a adoção das providências necessárias ao
292 encaminhamento e exposição dos dados requisitados, ao longo da reunião, sobre o seu
293 desenvolvimento na Instituição, a serem devidamente solicitados à PROPCI, ainda
294 enfatizando o aparente consenso colegiado em torno das reconhecidas dificuldades
295 enfrentadas para a sua realização, bem como de uma maior clareza quanto às medidas a
296 serem adotadas para modificação do respectivo quadro atual, por isso mesmo
297 solicitando reflexões e sugestões sobre o recomendável procedimento colegiado

298 conclusivo sobre a matéria por ocasião do oportuno prosseguimento das discussões
299 acerca do assunto em apreço. Não mais havendo pronunciamentos, o **Senhor**
300 **Presidente** agradeceu a presença e a colaboração de todos e deu por encerrada a sessão,
301 da qual, eu, Alfredo Macêdo Costa, Secretário *ad hoc*, lavrei a presente Ata, a ser
302 devidamente assinada, com menção a sua aprovação.

22.08.2011 *Aprovaada em*

Primo Cortizo Pellintani
Luiz Alberto Ribeiro Freire - UFRN
Gilvan Bezerra Fernandes
Maria Conceição Carneiro
Maria Fátima Leite
André Valadares Santos
Alfredo Macêdo Costa
Luiz S. de Oliveira
Luiz Kel
Edmarthine
Dilson Gomes
Alfredo